ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DA FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA UFG DO DIA 24/09/2013

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), reuniram-se em sessão ordinária os membros do Conselho Diretor: o professor Magno Luiz Medeiros da Silva, presidente do Conselho; os conselheiros Adriane Geralda Alves do Nascimento, Alexandre Tadeu dos Santos, Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, Ângela Teixeira de Moraes, Angelita Pereira de Lima, Antônio Carlos Borges Cunha, Antonio Humberto Severino Ribeiro, Carlos Eduardo Viana Aldighieri, Carolina Paraguassú, César Viana Teixeira, Claudomilson Fernandes Braga, Divina Eterna Vieira Marques, Edson Luiz Spenthof, Edson Teixeira Álvares Junior, Eliany Alvarenga de Araújo, Eliseu Vieira Machado Júnior, Gardene Leão de Castro Mendes, Goiamérico Felício Carneiro dos Santos, Janaína Ferreira Fialho, João de Melo Maricato, José Vanderlei Gouveia, Juarez Ferraz de Maia, Laura Vilela Rodrigues Rezende, Letícia Segurado Cortês, Lindsay Borges, Lívia Marques Ferrari de Figueiredo, Luciana Cândida da Silva, Luciano Alves Pereira, Luciene de Oliveira Dias, Lutiana Casaroli, Marcilon Almeida de Melo, Maria de Fátima Garbelini, Maria Luiza Martins Mendonça, Marina Roriz Lousa da Cunha, Nilton José dos Reis Rocha, Paola Regina Carloni, Raquel de Paula Ribeiro, Rosana Maria Ribeiro Borges, Ricardo Pavan, Sálvio Juliano Peixoto Farias, Silvana Coleta Santos Pereira, Simone Antoniaci Tuzzo, Sônia Cruz Riascos de Andrade, Thomas Roland Hoag; os representante técnico-administrativo André Roberto Custódio Neves e Roberto Fernandes da Silva; e o representante discente Rhaydrick Sandokhan. Não compareceram, mas justificaram a ausência os professores Daniel Christino, Flávia Martins dos Santos, Glayce Rocha Santos Coimbra, Janaína Vieira de Paula Jordão, Lívia Ferreira de Carvalho, Luciana Miranda de Carvalho, Marina Muniz Mendes, Martha Izabel de Souza Duarte, Solange Maria Franco, Suely Henrique de Aquino Gomes. Não compareceu a professora Maria Flora Costa Medeiros. **Item 1** da pauta. Informes. O presidente do Conselho informou sobre os diversos editais abertos, que oferecem oportunidades atrativas para a captação de recursos destinados a pesquisas. Noticiou a publicação de livros, cujas autorias são de professores do quadro da FIC: "Poéticas da Mídia", organizado pelo professor Goiamérico F. C. dos Santos; "Assessoria de Comunicação e Marketing", organizado pelas professoras Ana Carolina R. P. Temer e Simone Antoniaci Tuzzo; "Criminalização da juventude na mídia impressa goiana", da professora Gardene Leão de Castro; e "Clube da Objetiva (1970-1989)", da professora Ana Rita Vidica Fernandes. Outra novidade informada diz respeito às mudanças no processo seletivo 2014/1, sendo 50% das vagas do vestibular preenchidas via SISU e 50% via ingresso tradicional (Processo Seletivo da UFG). Ainda, o sistema de cotas ampliou de 20% para 30%. Outra inovação anunciada refere-se à nova resolução que substituirá a de 2011 acerca das novas regras sobre a avaliação do estágio probatório, da progressão funcional e da promoção na carreira do magistério superior. Esta resolução é mais abrangente, atende a Lei nº 12.772, e dá nova configuração para a carreira de magistério superior, restando ser aprovada durante as próximas reuniões do Consuni. A acadêmica Laura, do curso de Relações Públicas, prestou informações sobre a atuação da Simetria no âmbito da FIC. A professora Luciene de O. Dias informou sobre o III Seminário UFG Inclui, realizado pela Prograd. Os coordenadores e membros representantes devem estar presentes no evento. Os novos professores Antônio Humberto Severino Ribeiro e Raquel de Paula Ribeiro se apresentaram no decorrer da reunião. **Item 2** da pauta. Sobre o conteúdo da ata, o professor Carlos Eduardo V. A. Soares reforçou o teor de um documento lido por ele na última sessão do Conselho Diretor, na qual denunciou haver certas "perseguições" à sua pessoa. Já o professor Edson L. Spenthof solicitou que acrescentasse a posição do curso de Jornalismo de não participação e de não apoio ao evento Intermídias. As professoras Lívia Marques F. de Figueiredo e Ângela T. de Moraes justificaram a ausência na reunião anterior do Conselho Diretor anterior. Após essas retificações as atas de 18 de julho e de 5 de setembro foram aprovadas com três abstenções e uma abstenção, respectivamente. **Item 3** da pauta. Processo de progressão horizontal para nível II da classe de professor assistente do docente Arnaldo Alves Ferreira Júnior foi aprovado por unanimidade. **Itens 4, 5 e 7**. Apreciação de processos referente à avaliação parcial e fechamento do processo de estágio probatório dos professores Adriane G. A. do Nascimento e Edson A. Teixeira Júnior; e avaliação parcial do estágio probatório do professor Ricardo Pavan. Estes processos (itens 4, 5 e 7), relatados pela presidente e membros da CAD, foram aprovados por unanimidade. **Item 6. O** processo de estágio probatório da professora Lívia F Carvalho não foi apreciado. **Item 8** da pauta. O processo de alteração de carga horária do professor Claudomilson F. Braga também não foi apreciado. **Item 9** da pauta. A licença capacitação do professor Rubén Darío Jimenez Cândia, aprovada em *ad referendum*, foi homologada pelo Conselho Diretor por unanimidade. **Item 10** da pauta. Homologação dos resultados dos concursos de Gestão da Informação: Mídias Sociais, Laboratório de Mídias Sociais e Design da Informação, tendo sido aprovado em primeiro lugar o candidato Dalton Lopes Martins; Gestão de

Documentos, Gestão de Documentos Digitais, em que foi aprovado em primeiro lugar o candidato Alexandre Ribeiro Afonso; área de Arquitetura de Informação, Mineração de Dados, Gerência de Tecnologias de Informação, em que não houve candidato classificado. A coordenadora do curso de Gestão da Informação, Eliany Alvarenga de Araújo, agradeceu aos técnicos-administrativos e professores a colaboração para a realização dos concursos. **Item 11** da pauta. Homologação do resultado do processo seletivo para professor substituto na área de Planejamento, Mídia e Pesquisa, do curso de Publicidade e Propaganda, em que foi aprovado o professor Antônio Humberto S. Ribeiro. Os resultados dos concursos (itens 10 e 11) foram homologados. **Item 12** da pauta. Homologação do relatório final de afastamento da professora Angelita P. Lima foi aprovado por aclamação, uma vez que o Conselho Diretor reconheceu a importância da conclusão da tese de doutorado da docente. **Item 13** da pauta. Homologação do pedido de reabertura de processo seletivo para professor substituto do curso de Biblioteconomia (vaga decorrente do falecimento da professora Geni Sabino). **Item 14** da pauta. O nome da nova coordenadora da área de Relações Públicas, professora Lutiana Casaroli, foi aprovado por unanimidade. **Item 15** da pauta. A indicação de nomes para receber a Medalha de Honra da UFG, que será entregue dia vinte e nove de novembro e sempre acontecerá ao final de cada reitorado. A professora Janaína F. Fialho defendeu o nome da bibliotecária Maria Eunice Suarez Barboza, diretora da Biblioteca Braille do Estado de Goiás. Já o professor Édson Spenthof apresentou o currículo da professora Dione Moura, docente da UnB e presidente da SBPJor. Após discussões sobre o perfil de ambas as candidatas, o Conselho Diretor aprovou o nome de Maria Eunice S. Barboza por maioria de votos (22 a 12). **Item 16**. O professor Claudomilson F. Braga foi indicado como representante da unidade no Conselho Deliberativo da Fundação RTVE. **Item 17**. A indicação da professora Laura Vilela R. Rezende como coordenadora de monitoria foi aprovada. **Item 18**. Recurso referente à avaliação do estágio probatório do servidor Robson H. S. de Amorim. O presidente do conselho esclareceu o técnico de laboratório na área de Informática foi removido para o Cercomp, por determinação do DDRH e atendendo ao pedido do próprio servidor. Este servidor entrou com recurso porque na primeira fase da avaliação obtivera média 6.8. Ainda haverá uma segunda fase, porque o processo de avaliação do estágio probatório ocorre em duas fases. O técnico não auferira o índice necessário para aprovação, que é nota 7. Logo, entrou com recurso subscrito por um advogado, solicitando instituir nova comissão, apresentando toda uma fundamentação jurídica, para igualmente proceder à nova avaliação. Desse modo, este recurso refere-se à instituição de uma nova comissão para proceder a esta avaliação. O presidente do conselho acrescentou que o termo adotado no despacho do processo pelo DDRH foi *recomendação* para nova composição da comissão. A professora Eliany A. de Araújo, como relatora do processo, fez alguns esclarecimentos. Nesta fase do probatório passa-se por uma avaliação pelo chefe imediato, que é a coordenadora administrativa Tessa M Lettieri, acompanhada por uma comissão - Cirlene R. do Carmo, André Roberto C. Neves e Roberto Fernandes da Silva -, que analisam o desempenho com base nos quesitos pré-determinados no questionário de avaliação. Como não atingiu a média 7, o DDRH veio à unidade e reuniu-se com a comissão para verificar os procedimentos. A nota 6.8 foi mantida. O servidor sente-se prejudicado e começa a dirigir solicitações ao DDRH. Três solicitações foram feitas e atendidas. A primeira foi a remoção, ele argumentou que o ambiente administrativo e organizacional estava difícil para ele. Ocasião em que a direção e a vice-direção foram à PRODIRH e esta se comprometeu a repassar outro servidor para a FIC. A segunda, passou pelo Conselho Diretor, foi relatada pelo professor Daniel Christino, o servidor solicitava uma nova avaliação. E, finalmente chega a terceira demanda: constituição de nova comissão de avaliação. Neste ínterim, a servidora Tessa M. Lettieri solicitou a palavra por entender a necessidade de esclarecer que a nova avaliação aprovada pelos membros do conselho só não se realizara porque o técnico compareceu com o advogado nesta atividade institucional, e ao se procurar agendar nova avaliação ele também não teve interesse. Neste ponto a servidora Tessa M. Lettieri pediu para se ausentar deste processo avaliativo. Chega, então, o pedido do servidor, via DDRH, em que cita os membros da comissão e diz que estes não poderão participar da próxima avaliação. Em seu parecer, a relatora questionou: que dispositivo legal veda a participação destes membros em uma nova comissão? É necessária esta percepção, caso contrário o entendimento desta solicitação e a recomendação do DDRH permanecerá de difícil entendimento. Feito os primeiros esclarecimentos, os membros do Conselho solicitaram saber em que se baseia juridicamente este recurso. Segundo o advogado do servidor, a Tessa M. Lettieri não poderia participar porque ela estaria em situação de litigância. Novamente, a servidora Tessa M Lettieri solicitou a palavra para mais alguns esclarecimentos. A situação de litigância colocada pelo advogado advém de outro processo por trás de todos os pedidos até então já formulados. O servidor avaliado solicitou a abertura de um processo administrativo disciplinar contra a coordenadora administrativa, alegando assédio moral, sustentando-se em um suposto desvio de função, tentando provar que a chefia lhe infligia serviços estranhos à sua atividade. O advogado sustenta, ainda, que o servidor André Roberto C. Neves e Roberto Fernandes da Silva não poderiam porque estão em estágio probatório. Há, neste sentido, uma divergência de interpretação, pois a Procuradoria Federal da UFG entende que o fato de estar em estágio probatório não impede de participar da comissão. Entretanto, o DDRH supõe que

isto é fator impeditivo, sendo que o advogado se pauta numa jurisprudência que já acontecera. Vale ressaltar, porém, que o servidor Roberto Fernandes da Silva não se encontra em estágio probatório. Em relação à servidora Cirlene R. do Carmo, o advogado alega, no recurso, que ela não poderia participar porque tem relações de amizade com a chefia imediata. Encerrados os esclarecimentos, abriu-se para a discussão. Foi mencionado que, para além dos "estragos" que o avaliado causara à unidade, este servidor tem exagerado nos pedidos, é conveniente e oportuno a unidade se posicionar e buscar um aparato legal, pois este pedido parece mais um dos tantos outros que ele formulara. Em relação à comissão de avaliação, é importante a participação da chefia sim, e quanto aos demais membros também, outras pessoas não têm como fazer esta avaliação porque não estão no dia a dia do servidor. Foi lembrado que questões semelhantes já apareceram no Consuni, de modo que o embasamento jurídico seria salutar. A diretora em exercício na época, quando da avaliação desta primeira etapa, pediu a palavra para também fazer alguns esclarecimentos, e sentenciou que a direção fora participada pela coordenação administrativa. Também foi dito que não seria pertinente e nem haveria razão para o Conselho deliberar sobre a desconstituição da comissão – processo designado como desclassificação da comissão – sem conhecimento da pertinência legal. Enfim, a voz uníssona ecoou no sentido de ser uma situação muito séria para ser deliberada sem embasamento jurídico, não há como se desconstituir uma equipe que se julga competente tecnicamente para um processo avaliativo, apenas baseado em aconselhamentos. O parecer da relatora, que questiona os fundamentos jurídicos tanto do recurso quanto das recomendações do DDRH, foi aprovado por unanimidade. **Item 19** da pauta. O afastamento da professora Janaína V de P Jordão para pós-graduação, em nível de doutorado foi aprovado por unanimidade. **Item 20** da pauta. Criação da Especialização em Jornalismo e Cinema, coordenação da professora Angelita P. Lima e subcoordenação do professor Nilton dos R. Rocha. A professora Angelita P. Lima discorreu sobre o projeto pedagógico do curso, abordando questões referentes às vagas, aos recursos, ao corpo docente, aos parceiros institucionais, etc. Após discussão, o curso de Especialização e o curso de extensão foram aprovados com duas abstenções. **Item 21** da pauta. A homologação do NDE de Jornalismo foi aprovado por unanimidade. Incluiu-se a nova composição do NDE de Relações Públicas, sendo também aprovado por unanimidade. **Item 22** da pauta. Programa de Mobilidade Estudantil de interesse dos acadêmicos Lucas de Souza Ataídes (prorrogação), Thaís Gabrielly Fernandes Sousa, Camila Caetano Brito, Karoline dos Santos Santana e Fellipe Augusto Ribeiro Diógenes. Aprovação unânime. **Item 23** da pauta. Projeto sobre coordenação do professor Nilton J. R. Rocha. já apresentado pela professora Angelita P. de Lima; projeto de extensão "Comunicação e Representações Sociais", sob coordenação da professora Janaína V. de P Jordão; projeto de extensão "Diretriz para avaliação de ambientes digitais", sob coordenação do professor Arnaldo A. F. Júnior. Todos aprovados. **Item 24** da pauta. Outros assuntos. Alteração na composição do curso de especialização em "Imagem, Olhares e Narrativas". A professora Lutiana Casaroli será a coordenadora e a professora Gardene Leão de C Mendes, subcoordenadora. O professor Edson L. Spenthof propôs uma discussão sobre as câmeras de vigilância. Ele disse ter estranhado a instalação das câmeras no interior da faculdade. Reconheceu que os especialistas de segurança não abrem mão desse recurso, mas este procedimento deveria ser discutido pela comunidade, uma vez que se trata de um ambiente acadêmico. O acadêmico Heitor Vilela reforçou essa percepção do professor Edson Spenthof. A professora Raquel de Paula disse apoiar o uso de câmeras, e relatou ter sido vítima de furto de objetos pessoais (um notebook e um projetor multimídia), que estavam no interior de seu carro. O professor Nilton J. R. Rocha se sentiu incomodado com as câmeras, e alegou invasão à privacidade, típico de uma sociedade de controle. Foi lembrado que uma aluna teve seu notebook pessoal furtado e, naquela ocasião, se já existissem as câmeras, poder-se-ia identificar o autor. A vice-diretora Eliany A. de Araújo informou que dia 9 de agosto foi a uma reunião, a pedido do professor Magno Medeiros, sobre segurança. Segundo afirmou. O diagnóstico feito pelos técnicos dão conta da grande vulnerabilidade da FIC em relação à segurança. A professora Rosana M. R. Borges argumentou que a questão da segurança é importante, mas que câmera de segurança não impede o roubo. O presidente do Conselho também se sentiu surpreso com as câmeras de vigilância, pois não fora avisado sobre a instalação dos equipamentos no interior da faculdade. Esclareceu que é uma política da reitoria para ampliar o sistema de vigilância de todas as unidades e órgãos. A professora Ana Carolina R. P. Temer acha pertinente a reflexão da segurança condicionada à vigilância da sociedade. O professor Ricardo Pavan declarou que não haveria como escapar, pois todas universidades estão adotando este procedimento de segurança. A professora Ana Carolina R. P. Temer questionou o modelo de sociedade baseada na intervigilância. O presidente do Conselho informou que iria promover uma reunião para discutir o assunto, com a presença de especialistas do Cegef. Foi apresentado o projeto "Mostra Goiás" pelo professor César V. Teixeira. Nada mais havendo a tratar, eu, Tessa Monteiro Lettieri, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelo presidente deste conselho.